

O pacote e o abastecimento

Não foi apenas nas áreas financeira e fiscal que o pacote recém-divulgado pelo governo gerou descontentamentos e dúvidas. No que se refere ao abastecimento de gêneros básicos, pairam diversas incertezas, que revelam uma certa precipitação na formulação dos paliativos à pobreza absoluta. Ademais, persistem certas contradições aparentemente inexplicáveis frente à suposta austeridade que o governo deseja impor aos seus gastos.

Quanto ao programa de fornecimento de leite para crianças carentes, não se pode deixar de reconhecer que seu objetivo é louvável. No entanto, os meios disponíveis para realizá-lo encontram-se bastante distanciados daquilo que é necessário para não fazer o projeto redundar num estrondoso e demagógico fracasso. É conhecida a situação da pecuária leiteira, cujos preços têm sido repetidamente arrochados ao longo dos últimos anos, trazendo um quadro de abastecimento instável que mal atende às necessida-

des correntes da população. Mais recentemente, o governo enquadrou o leite dito especial no controle do CIP, órgão que nem sempre acompanha de perte este setor. Desde o ano passado, praticava-se uma política de reajustes trimestrais, agora desmantelada e sem ter sido substituída por outra, a não ser pela da incerteza. Pode-se observar as reações de pecuaristas e de industriais nos últimos meses, quando a estiagem encarregou-se de agravar ainda mais a situação.

Para ter uma oferta condizente com a demanda que ele mesmo criou, o governo terá de conceder preços estimulantes ao setor. Mesmo assim, não se livrará totalmente da necessidade de importar, a não ser que obtenha "doações", ou seja, o produto extremamente subsidiado por parte dos Estados Unidos (através da PL 480) ou da Europa, como já ocorreu em anos anteriores. Só em 1986, seria preciso adquirir cerca de 25 mil toneladas, a um preço em torno de US\$ 1.100 FOB, valor este que pode até dobrar quando se

consideram os custos de internalização, processamento e distribuição. A se manter uma política que peca pela ausência de estímulos à produção nacional, as importações cresceriam nos anos seguintes, já que o programa deve estender-se até 1989.

Além do programa do leite, anuncia-se a disponibilidade de cerca de Cr\$ 22 trilhões de recursos para estoque e subsidiar produtos agrícolas, inclusive trigo. Tal soma revela-se bastante exígua, na medida em que o governo precisará importar certos produtos para formar estoques estratégicos (face à perspectiva de quebra da safra), como arroz e milho, por exemplo. O pior de tudo é que se engloba nesta conta o eterno subsídio ao trigo, em valores totalmente subestimados, a julgar pelos recursos empenhados este ano, ou seja, cerca de Cr\$ 10 trilhões, entre subsídio ao preço, ao crédito, além do custo de financiamento da estocagem.

Caso não se proceda a um drástico corte nestes subsídios, o montante

anunciado poderá ser absorvido em grande parte pelo trigo. E, ao que se saiba, o governo nada fez até agora para eliminar o subsídio, mantendo a submissão aos interesses daqueles que o têm defendido com tanto sucesso ao longo dos anos.

Os demais programas que estipulam a distribuição de alimentos nas periferias das cidades necessitariam de uma estrutura hoje ausente. A própria Cobal, cujas irregularidades são amplamente conhecidas, não parece o tipo de entidade mais recomendada para realizar tal tarefa.

Em suma, espera-se que as limitações observadas possam ser sanadas a tempo, a fim de não inviabilizar as metas formuladas. No entanto, a impressão primeira é de que houve uma certa precipitação, seja no dimensionamento dos recursos, seja na manutenção de alguns entraves, como os subsídios ao trigo. A eliminação destes certamente ampliaria os fundos disponíveis para as mesmas finalidades.